

MERITOCRACIA NO BIG BROTHER DA GLOBO

Antonio Carlos Nogueira Reis
Advogado, membro da Academia de
Letras Jurídicas da Bahia

Um dos pressupostos do regime democrático é a prevalência do mérito pessoal para a escolha dos melhores em todos os níveis de ocupação profissional, seja no serviço público ou no setor privado. Houve tempos – e são manchas de um passado marcadamente elitista que felizmente ficou para trás – em que o acesso aos cargos públicos era restrito às pessoas que tinham “pistolão”, algum importante figurão dotado de prestígio político ou econômico capaz de “colocá-las” em determinado órgão ou repartição pública. E assim tudo funcionava. Era o normal, aceito por todos, sem qualquer constrangimento.

Esta pistolãoocracia deixou de existir em nosso país a partir da obrigatoriedade do concurso público instituída na Constituição Federal de 1967. Enfim, a meritocracia chegava ao Brasil.

Nada obstante, eis que uma poderosa rede de televisão navega em sentido contrário. Logo ela que se jacta de contribuir para a divulgação da cultura no Brasil, inclusive no copatrocínio de campanhas de elevado alcance social, a exemplo da concorrida “Criança Esperança”, vem a Rede Globo repetir na sua programação anual de verão o famigerado Big Brother Brasil (BBB), que, no final, costuma premiar o ganhador com polpuda quantia em dinheiro. É um desfile diário de tipos – homens e mulheres – os mais bizarros, cuja preocupação comum é atingir a liderança dos participantes ou, quando nada, evitar a desclassificação no seu decorrer. O BBB se prolonga meses a fio, numa repetição cansativa de diálogos desinteressantes e inaproveitáveis pela ausência de qualquer conteúdo ou informação útil. Seu único atrativo – se é que poderíamos assim chamar – é a torcida dos telespectadores por seu candidato na disputa da liderança ou, ao menos, para que não seja ele precocemente defenestrado.

Não sei quais são os critérios adotados pela emissora para a escolha dos participantes do programa. Exige-se algum nível mínimo de escolaridade? Um currículo educacional ou profissional? Então eu pergunto: por que não considerar, em princípio, para a escolha dos participantes do BBB os primeiros colocados no Enem ou em exames vestibulares para acesso às principais universidades do país? Observadas, é claro, a mesma proporcionalidade entre homens e mulheres, teríamos assim assegurado a meritocracia

como critério preferencial. Além disto, a premiação em dinheiro seria um estímulo aos estudantes melhor colocados em cada ano letivo.

Adotado este critério para a escolha dos participantes anuais do BBB, nada impediria que fossem mantidos todos os jogos, competições e divertimentos próprios do programa global, até para não descaracterizá-lo como uma opção de divertimento. De qualquer sorte deixo aqui a sugestão.